

RECEBIO ORIGINAL
Em: 26/10/2021
Kellen Cristina dos Santos Ribeiro



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL N° 227
ASS: m.m.s.

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. N° 422/14-04

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: Irene Coelho Gomes-Me.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Estrada da Baré, km 02, Mãe Creuza, Fonte Boa-AM.

CNPJ/CPF: 10.654.388/0001-06

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 04.295.000-7

FONE: (97) 99187-6657

FAX: (97) 3423-1196

REGISTRO NO IPAAM: 0404.0204

PROCESSO N°: 1508/T/14

ATIVIDADE: Indústria de Produtos Minerais não Metálicos

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estrada da Baré, km 02, Mãe Creuza, Fonte Boa -AM.

FINALIDADE: Autorizar a fabricação de materiais cerâmicos não metálicos (tijolos).

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Médio

PORTE: Pequeno

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 04 ANOS.

Atenção:

- Esta licença é composta de 17 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM,

26 OUT 2021

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

RESTRIÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 422/14-04

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 1508/T/14**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal;
7. Não utilizar lenha, sem que a mesma possua Documento de Origem Florestal – DOF, expedido pelo órgão competente;
8. Manter os resíduos florestais utilizados como fonte de calor, organizados em local delimitado objetivando a rastreabilidade e conferência da mesma durante as operações de monitoramento e fiscalização;
9. Encaminhar a este IPAAM, com periodicidade semestral, planilha com as informações referente ao material utilizado como fonte de calor contendo fornecedor e quantidade (em metro cúbico) dos resíduos de material florestal que não necessitem de Documento de Origem Florestal – DOF.
10. Os resíduos gerados na atividade deverão ser armazenados em local específico para tal, em um sistema de baias que permitam a separação dos tipos gerados e em condições ambientalmente seguras, de forma a atender a legislação ambiental;
11. É proibido o lançamento de materiais como: matéria orgânica, óleos e graxas, efluentes domésticos sanitários e outros poluentes no pátio do empreendimento.
12. É expressamente proibida a queima e deposição inadequada de resíduos de qualquer natureza, devendo os mesmos ser acondicionados e direcionados em local apropriado.
13. Dar destinação adequada aos óleos usados e contaminados oriundos do processo produtivo conforme Resolução CONAMA nº 362/2005, alterada e complementada pela Resolução CONAMA e 450/2012.
14. A coleta e o transporte dos resíduos de qualquer natureza gerados no empreendimento devem ser efetuados por empresa licenciada para esta atividade.
15. Apresentar neste IPAAM, com periodicidade anual, Relatório de Monitoramento de Emissões Atmosféricas, contendo a caracterização e quantificação dos poluentes gerados no processo produtivo do empreendimento, conforme as Resoluções nº 392/06 e 436/11.
16. Apresentar, quando da solicitação da renovação da Licença de Operação: Comprovantes de destinação final dos resíduos gerados no processo produtivo.
17. Apresentar no prazo de 60 dias, os documentos atualizados:
 - a) Comprovantes (notas ou outros) do material (argila) usado na produção de materiais cerâmicos;
 - b) Licença Municipal de conformidade;
 - c) Certidão de Viabilidade Ambiental;
 - d) Cadastro Técnico Federal – CTF, emitido pelo IBAMA